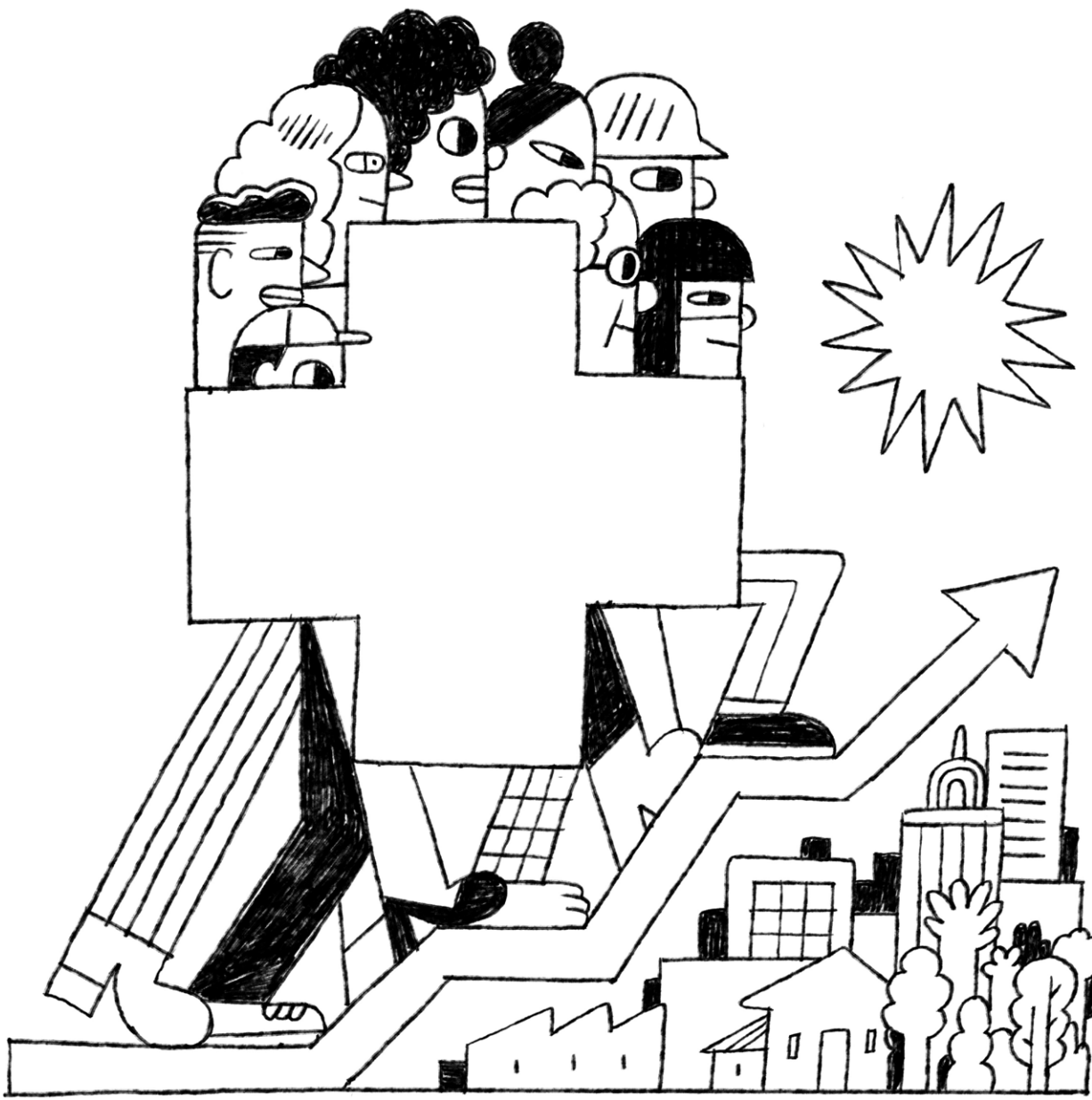


Outubro Rosa: Câncer nunca espera

» ANTONIO BUZAID E FERNANDO MALUF
Oncologistas clínicos e fundadores do Instituto Vencer o Câncer



população feminina no Brasil. De acordo com estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca), serão cerca de 74 mil novos casos em 2023. Cerca de 75% da população brasileira depende exclusivamente do serviço público para fazer exames preventivos, de rastreamento e todas as etapas de tratamento. Além da diferença da disponibilização de novas terapias e tecnologias, em média 39,6% dos casos de câncer de mama são diagnosticados em estágio avançado no SUS, contra 17,9% no sistema privado de saúde. Por isso, devemos promover ações de impacto em informação e educação e incentivar a construção de políticas públicas eficazes para os pacientes oncológicos. Nesse sentido, o Instituto Vencer o Câncer desenvolveu a campanha Outubro Rosa para Todas, defendendo direitos e cuidados mais igualitários para todas as brasileiras. Entendemos que a divulgação de informações sobre prevenção e diagnóstico precoce são fundamentais para evitar novos casos e o agravamento da doença. Mas não podemos ignorar a relevância do acesso ao tratamento que possa garantir qualidade de vida a todas as pacientes com câncer de mama. Ao lado do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer, do Instituto Oncoguia, da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) e da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), assinamos dois requerimentos, endereçados à ministra da Saúde, Nísia Trindade, e ao de Atenção Especializada à Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, solicitando o fortalecimento das políticas públicas em oncologia, com especial atenção para a disponibilização dos inibidores de ciclina. Esperamos que nossas demandas tenham sucesso para levar os melhores tratamentos contra o câncer para todas e todos. O acesso à saúde é um direito de cada cidadão, segundo a Constituição brasileira, e precisa ser garantido.

Fora o atraso, Lula está correto

» RAUL VELLOSO
Economista

Enquanto escrevia outra coluna na sexta passada, onde alardeei, e também discuti em detalhes, a difícil gestão financeira de estados e municípios diante do agudo problema previdenciário que lhes atingiu, acabei lembrando que a União, hoje sob Lula, padece exatamente da mesma enfermidade, mas ninguém fala dos deficits brutais e crescentes dos regimes próprios de previdência em geral. Note que a outra e principal face desse mesmo problema é a desabada dos investimentos em infraestrutura (e, por consequência, do crescimento médio do PIB), exatamente o que Lula não quer... Agora, apesar da demora, pelo que tem dito à mídia, parece felizmente já estar acordando para tal problema. Como também mostrei no outro artigo, o espreitamento do espaço orçamentário dos entes públicos tem ainda uma face pouco conhecida a mais, a do estrago causado por determinados suborçamentos com alto grau de autonomia. Tais segmentos provocaram a expansão dos demais gastos primários, à parte previdência e infraestrutura, o que tornou ainda mais acirrada a disputa por espaço. Nesses últimos, há os em que os gastos são protegidos por vinculações de receitas, como saúde e educação; e os que estão sujeitos a uma considerável autonomia financeira e administrativa, como é o caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Sem falar nos gastos com amortizações e juros da dívida herdada. Nesse conjunto, em que pesem as vantagens da autonomia (como os elevados reajustes reais de pisos de professores que se estendem aos aposentados), há inclusive uma grita geral contra terem de pagar suas próprias contas com inativos e pensionistas. Ou seja, uma hora, os segmentos que comandam o processo acabam se digladiando entre si...

Pena não poder divulgar aqui um gráfico que costumou levar debaixo do braço (*peça a raulveloso45@gmail.com*) que ilustra bem isso. Comparando a estrutura do gasto federal em 1987 (último ano antes da atual Carta Magna) com o último ano sobre o qual consegui levantar as informações relevantes (2021), vê-se que o chamado gasto obrigatório (todos, exceto investimento mais demais correntes discricionárias) havia subido não menos do que de 66,3 para 96,8% do total, algo chocante! Já os 3,2% restantes de 2021 se referiam a investimento (2,3%) e demais correntes (0,9%). Em 1987, esses dois itens tinham sido de 16% e 17,7%, respectivamente. Daí se deduz o que tenderia de fato a zerar, ou seja, os minguados investimentos. Voltando à previdência, o problema é comum a todos os entes públicos, e a solução é uma só: equacionar, isto é, zerar, os passivos atuariais em cada um, para abrir espaço para os demais itens, só que muito pouco se tem feito nessa direção. (Para mais detalhes, veja o vídeo que acabo de inserir no canal do INAE, que dirijo, no YouTube, em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Uz-ueoqPI0&t=784s>).

Já o “arcabouço” que as autoridades fazedárias fizeram com que Lula aprovasse, basicamente para acalmar os mercados financeiros com algo aparentemente sofisticado, ainda que mais difícil de entender e igualmente tão difícil de cumprir quanto o “teto de gastos” de Temer, e que o presidente aparentemente acabará acompanhando, na essência resume-se à pura e simples fixação de metas de resultados primários para a União iguais a zero em 2024; +0,5% do PIB em 2025 e +1% do PIB em 2026.

Falei disso tudo sem saber ainda da entrevista que Lula — que pode se atrasar para denunciar, mas não necessariamente deixa de perceber o que é relevante — finalmente havia dado sobre o assunto. Isso ocorreu na mesma hora em que eu escrevia o outro artigo, e onde ele disse que, por mais que os radicais de sempre o pressionassem, na prática, não zeraria seu deficit primário potencial de 2024 pelo lado do gasto, se isso tivesse de ser feito à custa da destruição dos investimentos em infraestrutura — hoje já nos menores níveis históricos, conforme eu mesmo explicara no link do YouTube acima indicado.

Lula deu a entender, assim, que abortaria a missão que ele mesmo havia dado a Fernando Haddad e, por tabela, aos criadores do chamado arcabouço fiscal, algo que eu, de tantos anos também vividos em funções públicas nessa área, percebo que será facilmente absorvido por Haddad sem maiores traumas, pois bem que tento, mas o tal arcabouço fiscal que alguém deve ter lhe enfiado pela goela acabará desaparecendo da mesma forma que o teto de gastos se foi.

Para concluir, penso que Lula deveria sair de toda essa confusão elegendo como efetivamente prioritário o equacionamento previdenciário em todas as esferas de governo, ora executando (União), ora apoiando (estados e municípios). Dessa forma, poderá dizer que, agora, vai cuidar do assunto do jeito certo e para valer. Penso que ele deveria deslocar seu ministro pau-para-toda-obra, o eficiente Wellington Dias, que acaba de comandar exatamente uma das únicas missões bem-sucedidas de equacionamento previdenciário na última safra de gestões estaduais, no seu Piauí.

O que o Plano Real tem a ensinar para a Argentina?

» ALEX FERREIRA - Ph.D. em economia e professor-associado da USP-SP
» REGINALDO NOGUEIRA JR - PH.D. EM ECONOMIA E DIRETOR SÊNIOR DO IBMEC
» CLAUDIO D. SHIKIDA - Doutor em economia e professor do Ibmec

Argentina passa por um processo eleitoral em meio a uma severa crise econômica, com a taxa de inflação parecida com a vivida pelo país no início dos anos de 1990. Nesse contexto, várias propostas de estabilização têm vindo à tona. Em especial, a ideia de dolarização da economia foi apresentada como um possível caminho pelo candidato à Presidência Javier Milei. A dolarização da economia é um movimento visto com alguma frequência em países com desequilíbrios inflacionários graves. Nesse caso, a moeda local é totalmente substituída pelo dólar norte-americano, importando a segurança e a estabilidade daquela moeda e controlando a inflação. Porém, tal proposta traz consigo riscos importantes. O controle sobre a oferta monetária não estaria mais ligado a um banco central que busca objetivos domésticos, mas diretamente atrelado ao balanço de pagamentos e à capacidade de geração de dólares. Isso torna a economia vulnerável às flutuações do comércio exterior e dos movimentos de capitais. Outros têm sugerido a ideia de uma unificação monetária dentro do Mercosul. Contudo, criar uma moeda comum em um bloco que não cumpre os critérios de uma área monetária ótima pode complicar ainda mais a situação econômica da Argentina. A crônica falta de competitividade e a baixa credibilidade de que o país seja capaz de se comprometer com soluções de longo prazo para seus problemas fiscais podem resultar em deficits recorrentes com o restante do bloco que, aliás, é composto por países que não estão, necessariamente, com seus problemas fiscais equacionados. Antes de se tornar um novo “laboratório econômico”, a Argentina poderia considerar a experiência do Plano Real brasileiro. Implementado nos anos de 1990, uma de suas ferramentas primordiais foi a URV (unidade real de valor). Essa moeda de transição não circulava fisicamente, mas servia como um indexador, sendo atrelado ao valor do dólar. Em um ambiente de alta inflação, os preços relativos ficam distorcidos, o que compromete a capacidade dos consumidores e produtores de tomar decisões informadas. A URV permitiu recuperar o sistema de preços, ajudou a estabilizar a economia e foi substituída pelo real, a moeda atual do Brasil. Ela mostra que podem existir mecanismos criativos de ancoragem da moeda que não envolvem diretamente a adoção do dólar. É fundamental destacar que dois

componentes foram cruciais para o sucesso do plano: a busca da disciplina fiscal e uma política de abertura econômica. Mesmo que a decisão da Argentina seja pela dolarização, esses dois fatores vão determinar o sucesso ou o fracasso de qualquer política de estabilização ao longo do tempo. Vale ressaltar que a disciplina fiscal pode ser obtida com ênfase em aumento de impostos ou em corte de gastos, e a literatura nos mostra que a primeira é pior, em termos de recessão. O crescimento de Milei na preferência do eleitorado mostra que boa parte dos argentinos está em busca de soluções que fogem do receituário desenvolvimentista da administração atual. Como enfatizamos, é possível inovar sem correr altos riscos. O exemplo do Plano Real oferece à Argentina uma lição valiosa: é possível implementar reformas, ancoradas em políticas fiscais e monetárias robustas, que produzam resultados sustentáveis. À medida que a Argentina trilha seu futuro econômico, a prudência deve ser a bússola, com o bem-estar da população no centro das decisões. Em vez de buscar soluções extremas, pode ser mais sensato considerar abordagens já comprovadas. Seu principal vizinho, o Brasil, que tem um interesse genuíno no sucesso econômico argentino, é testemunha disso.